

SER AUTÓNOMO DEPOIS DO ACOLHIMENTO - E AGORA? UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA¹

BEING SELF-EMPLOYED AFTER SHELTER - NOW WHAT? AN EXPERIENCE OF COMMUNITY INTERVENTION

CRISTIANA MONTES
 Professora ETAP- Viana do Castelo na ETAP
cristiana.montes@gmail.com

CUSTÓDIA A. A. MARTINS
 Doutora em Filosofia da Educação pelo Instituto de Educação e Psicologia - Uminho,
 IEP
custodiam@ie.uminho.pt

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma prática de intervenção comunitária contextualizada no âmbito da educação não-formal. Assim, pretende-se descrever como a prática de uma educação não-formal possibilita e promove uma formação holística dos sujeitos. A educação não-formal caracteriza-se por ser intencional na medida em que se preocupa com o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos sujeitos. Dentro deste contexto, ser-nos-á mais fácil entender por que razão a Animação SocioCultural (ASC) se situa no âmbito da educação não-formal. O diagnóstico de necessidades e interesses foi realizado com base em metodologias qualitativas de investigação, nomeadamente conversas informais com a equipa técnica da casa de acolhimento, observação, através do contacto direto com alguns dos jovens em processo de autonomização e análise documental e através da consulta do Relatório Casa 2020. Em todas as fases desta intervenção foi considerado por nós imperativo ouvir todos os implicados neste processo, mas principalmente as crianças e jovens. Isso implicou inúmeras reformulações do processo. Podemos dizer que a promoção da autonomia em jovens em acolhimento é um tema pouco trabalhado e ainda com pouca investigação desenvolvida no nosso país.

Palavras-chave: Intervenção comunitária; Educação não-formal; Juventude.

ABSTRACT

This article aims to present a community intervention practice contextualized within the framework of non-formal education. Thus, it intends to describe how the practice of non-formal education enables and promotes a holistic development of individuals. Non-formal education is characterized by being intentional insofar as it is concerned with the personal, social, and professional development of individuals. Within this context, it will be easier to understand why Socio-Cultural Animation (SCA) is situated within the scope of

¹ Recebido em 05/07/2025. Aprovado em 05/09/2025.



Este trabalho está licenciado sob CC BY. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

non-formal education. The diagnosis of needs and interests was carried out based on qualitative research methodologies, namely informal conversations with the technical team of the foster home, observation through direct contact with some of the young people in the process of becoming autonomous, and document analysis and consultation of the Casa 2020 Report. In all phases of this intervention, we considered it imperative to listen to all those involved in this process, but especially the children and young people. This implied numerous reformulations of the process. We can say that promoting autonomy in young people in foster care is a topic that has been little explored and has received little research in our country.

Keywords: Community intervention; Non-formal education; Youth.

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar uma prática de intervenção comunitária contextualizada no âmbito da educação não-formal. Assim, pretende-se descrever como a prática de uma educação não-formal possibilita e promove uma formação holística dos sujeitos. A educação não-formal caracteriza-se por ser intencional na medida em que se preocupa com o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos sujeitos. Algumas das suas características, tais como: responder às necessidades e interesses dos participantes, privilegiar uma avaliação qualitativa, cada pessoa avança ao seu ritmo, implementação de atividades interdisciplinares, etc., permitem-nos compreender que as atividades projetadas e implementadas devem contar com objetivos explícitos na sua formulação, finalidades de carácter educativo e metodologias participativas fora dos currículos do ensino formal. Dentro deste contexto, ser-nos-á mais fácil entender por que razão a Animação SocioCultural (ASC) se situa no âmbito da educação não-formal. Sobre este posicionamento escreve Trilla:

Além disso, as peculiaridades processuais e institucionais da ASC concordam muito bem com as características que os programas educativos não formais costumam ter: dar atenção às necessidades e aos interesses concretos das populações receptoras, utilização de metodologias ativas e participativas, escassas ou nulas exigências académicas e administrativas para a inclusão nas atividades, conteúdos geralmente muito contextualizados, pouca uniformidade quanto a espaços e tempos, etc. (2004, p.33).

O artigo agora apresentado enquadra-se justamente no âmbito de uma filosofia da educação que entende a natureza da ASC num espectro alargado de aceções. Ora vejamos algumas delas, enquanto (a) intervenção; (b) prática social; (c) metodologia ou tecnologia; (d) processo; (e) projeto; (f) função social; (g) fator. No entendimento de Trilla:

(...) todas estas caracterizações não têm, necessariamente, de ser contraditórias entre si. O que sucede é simplesmente, que, com a expressão «animação sociocultural», se

está a designar aspectos ou momentos diferentes das acções ou dos processos que se pretende referir ou se está a enfatizar diferentemente a maneira como deveriam ser estas acções ou processos (2004, p. 26).

Na medida em que o presente projeto de intervenção se concretizou com a implementação de um conjunto vastíssimo de atividades, as quais têm por finalidade a promoção de um conjunto de dimensões diversas, a saber: uma dimensão cultural, uma dimensão social, uma dimensão que enfatiza a participação, os aspetos educativos e a autonomia dos indivíduos, permite-nos concluir com Trilla que a ASC é:

O conjunto de acções realizadas por indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade (ou sector da mesma) e dentro do âmbito de um território concreto, com o objectivo principal de promover nos seus membros uma atitude de participação no processo do seu próprio desenvolvimento quer social quer cultural (2004, p. 26).

Acreditamos que trabalhos desta natureza contribuem de um modo significativo para a afirmação identitária de cada um daqueles a quem se destinam projetos desta natureza. Neste caso concreto a estas crianças e a estes jovens *resta-lhes agora todo um futuro.....*

2.CONTEXTUALIZAÇÃO

A instituição onde se implementou o projeto é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que se dedica à proteção de crianças e jovens desde a década de 50 do século passado, sendo a sua génese de cariz religioso. Atualmente, inscreve-se na resposta social de Casa de Acolhimento, enquadrando-se no Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de Crianças e Jovens em situação de Risco, previsto na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, nº 147/99, de 1 de setembro. Apresenta capacidade para receber 46 crianças e jovens, do sexo masculino, com idades a partir dos 5 anos, com medida de Promoção e Proteção aplicada. À data, encontravam-se acolhidos 23 jovens, com idades compreendidas entre os 5 e os 23 anos.

Fisicamente, o edifício sede está organizado em unidades residenciais: Unidade A – com capacidade para 18 crianças/jovens, destina-se a acolher jovens recentemente integrados, que necessitarão de passar por um período de adaptação ao contexto institucional; Unidade B – com capacidade para 18 crianças/jovens com percursos em desenvolvimento na Casa de Acolhimento; Pré-autonomia – com capacidade para 6 jovens que reúnam as condições e características necessárias para dar o primeiro salto rumo à sua autonomização. Os

Apartamentos de Autonomização, fisicamente autónomos em relação ao edifício sede, têm capacidade para acolher 10 jovens (a partir dos 16 anos de idade).

A casa de acolhimento funciona 24 horas por dia, durante todo o ano, em regime aberto, o que possibilita a livre entrada e saída das crianças e dos jovens, tendo apenas como limites os resultantes das suas necessidades educativas e da proteção dos seus direitos e interesses, como as visitas regulares aos pais ou aos representantes legais, de acordo com o regulamento interno da instituição. Esta investigação foi desenvolvida entre novembro de 2021 e julho de 2022 numa casa de acolhimento na região Norte de Portugal. A parceria com esta entidade permitiu trabalhar duas valências de intervenção, uma vez que as atividades foram desenvolvidas com públicos-alvo em tipologias de acolhimento diferentes: a (a) Educação de Adultos no que respeita ao trabalho com os jovens em Apartamento de Autonomização (para jovens em processo de transição para a vida ativa e autónoma) e a (b) Intervenção Comunitária, no trabalho com os jovens da chamada Unidade A, mais novos, ainda com possibilidade de reintegrar o núcleo familiar, objetivo último de todos os acolhimentos. A escolha deste tema, a autonomia de jovens em contexto de acolhimento residencial, decorreu da investigação realizada e da percepção decorrente da mesma de que muito há ainda a fazer nesta área de intervenção, uma vez que o investimento no processo de autonomização dos jovens acolhidos é, ainda, incipiente. Apesar de recentes avanços em termos de legislação e constituição de equipas de intervenção multidisciplinares, o sentimento de impreparação prevalece neste público. É, portanto, necessário dotar as instituições de estratégias e técnicos capazes de promover o desenho de um projeto de vida e o acompanhamento da sua implementação durante e mesmo após o período de acolhimento, uma vez que muitos jovens referem o sentimento de abandono quando deixam o sistema de acolhimento e são obrigados a enfrentar o mundo real sem nenhum tipo de apoio, uma vez que para muitos a estrutura familiar é inexistente.

3.COMO PODEM AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO CONTRIBUIR PARA O TREINO DA AUTONOMIA DOS JOVENS ACOLHIDOS, TORNANDO MAIS EFICAZ A SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE?

Esta foi a questão matriz desta investigação e para a qual, no decorrer da mesma, conseguimos encontrar a seguinte resposta: indo ao encontro das ambições e expectativas destes jovens, levando em linha de conta os seus interesses, sem esquecer que são pessoas em

formação, que não podem ser menosprezadas apenas porque não tiveram a sorte de crescer numa estrutura familiar integrada e funcional.

O projeto aqui apresentado divide-se em dois *subprojectos*: um direcionado para os jovens inseridos na Unidade A e outro para os mais velhos, a residir nos Apartamentos de Autonomização.

A constituição dos grupos não seria estanque, uma vez que alguns jovens foram acolhidos no decorrer do projeto e integraram o grupo (no caso da Unidade A) e outros jovens viram cessar a sua medida, quer por sua iniciativa ou porque tinham atingido os 21 anos e não estavam a estudar.

3.1 Caraterização do público-alvo

Passamos a caraterizar o público-alvo inicial e final de cada grupo e unidade. Na Unidade A, participaram na investigação 10 jovens do sexo masculino, entre os 5 e os 18 anos de idade. Destes, dois apresentavam défice cognitivo acentuado e um défice cognitivo ligeiro. Entre os motivos de acolhimento elencamos a negligência parental, o absentismo escolar, problemas comportamentais e comportamentos desviantes. Estes jovens provinham de diversas tipologias familiares, tais como famílias monoparentais com filhos, famílias nucleares com filhos, família alargada, família reconstituída e dois encontravam-se à guarda de pessoa idónea, devido à falta de suporte familiar. Em toda a literatura referente a este projeto, os jovens participantes dos dois públicos-alvo, quando confrontados com a escolha da sua identificação no projeto escolheram como denominação as diferentes “personagens” que escolheram nas diversas atividades implementadas: Capitão Coração, Pai Natal, Capitão Picos, Agente 007, Anjo, Fantasma, Ghost, Júnior, Poderoso, Capitão Doce, no caso da Unidade A e Alfa, Mendes, Charlie, Felício, Lima e Diblo, no caso dos Apartamentos de Autonomização. No decorrer da implementação do projeto, registaram-se flutuações neste público alvo. Dos jovens acolhidos na Unidade A, o Capitão Coração, o Capitão Picos, o Agente 007 e o Ghost participaram em todas as atividades. Depois da Oficina *Conto de Natal*, o Pai Natal, o Anjo e o Fantasma integraram a Unidade B e os horários deixaram de ser compatíveis, inviabilizando a sua participação em grande parte das atividades seguintes. Durante o mês de janeiro foram acolhidos o Poderoso e o Capitão Doce, que participaram nas restantes Oficinas. No mês de julho, a medida de acolhimento do Júnior cessou, tendo regressado à família, assim, não participou nas duas últimas oficinas.

Nos Apartamentos de Autonomização, integraram o projeto 6 jovens do sexo masculino, entre os 17 e os 23 anos. Destes, um encontrava-se a estudar no ensino superior (o primeiro jovem acolhido nesta casa a ingressar numa universidade), dois frequentavam cursos profissionais, dois trabalhavam e um ingressou no Exército no decorrer da implementação do projeto. Relativamente à sua proveniência, um foi transferido de família de acolhimento para o apartamento, cinco transitaram diretamente da casa de acolhimento e um deles beneficiava de medida de proteção internacional. Um dos jovens era proveniente da Guiné-Bissau e outro da Guiné-Conacri. No que respeita aos motivos do acolhimento, cinco estavam em acolhimento residencial prolongado, por negligência parental e um, como referido acima, integrou o acolhimento residencial devido a medida de proteção internacional. Neste grupo, assistimos a algumas flutuações durante o período de implementação do projeto: o jovem Lima deixou o regime de acolhimento por sua iniciativa (tinha 20 anos), tendo participado apenas na atividade Estrelas e na Oficina O Grupo. O Charlie participou em todas as oficinas até março de 2022, altura em que ingressou no Exército, participando apenas nas atividades quando estava de folga. O jovem Alfa passou a trabalhar a tempo inteiro no mês de maio, participando apenas nas atividades compatíveis com o seu horário de trabalho. Em março de 2022 o jovem Diblo integrou os Apartamentos de Autonomização, participando em todas as atividades a partir dessa data.

3.2 Diagnóstico de necessidade e interesses

O diagnóstico de necessidades e interesses foi realizado com base em metodologias qualitativas de investigação, nomeadamente conversas informais com a equipa técnica da casa de acolhimento, observação, através do contacto direto com alguns dos jovens em processo de autonomização e análise documental e através da consulta do Relatório Casa 2020.

Assim foram elencadas necessidades e interesses, conforme os jovens se encontravam na Unidade A ou no Apartamento de Autonomização: no que respeita às crianças e jovens da Unidade A (entre os 5 e os 15 anos de idade), aferiram-se necessidades mais voltadas para a vida em sociedade e para o desenvolvimento de competências de vida em comunidade, tais como: ser capaz de se afirmar no grupo, mantendo a sua individualidade, respeitar as regras de viver em comunidade, ao mesmo tempo potenciando a autoestima e a autonomia no desenvolvimento de tarefas e atividades do dia a dia. Os principais interesses dos jovens nesta valência prenderam-se com o teatro, as manualidades, a música, a leitura, atividades físicas e

ao ar livre, a utilização do computador e das novas tecnologias. Nos Apartamentos de Autonomização, as necessidades evidenciadas prendiam-se mais com a aquisição de competências de vida autónoma e independente, tais como adquirir / manter hábitos de vida saudáveis, ser capaz de gerir/manter uma habitação, ser capaz de procurar/ arranjar emprego, conseguir viver sozinho. O centro de interesses deste grupo prendia-se com a gastronomia, a atividade física, viajar, utilizar o computador, música ou o cinema.

4.OBJETIVOS, PARADIGMAS E METODOLOGIA DO PROJETO

Tendo em conta a documentação analisada e a informação recolhida, foram elencados diferentes objetivos, que abrangem o público-alvo nos dois grupos, uma vez que visam suprir as necessidades /interesses identificados, podendo, no entanto, ocorrer um grau de variação na sua concretização, de acordo com a faixa etária do respetivo grupo. Assim, a investigação perseguiu os seguintes objetivos gerais: dotar os jovens de conhecimentos e saberes potenciadores e promotores de autonomia e independência; promover a aquisição de competências a nível pessoal, social, funcional e profissional para um desenvolvimento harmonioso da personalidade; sensibilizar e motivar os jovens para a organização de um percurso de vida pós-acolhimento. Destes emanavam objetivos específicos, que passamos a apresentar: incutir a autorregulação em diferentes situações de vida; desenvolver o autoconceito e a segurança perante si e nas relações com os outros; operacionalizar capacidades para a gestão de diversas realidades (por exemplo: recursos como o tempo e o dinheiro; limpeza e manutenção de uma habitação; contratualização de serviços); incentivar à promoção da saúde e ao cumprimento dos hábitos saudáveis, fomentar a autonomia através de um processo de autoajuda e de dinâmicas de grupo e fomentar a procura ativa de emprego.

No que respeita ao paradigma de investigação/ intervenção optou-se neste projeto pelo paradigma primordialmente qualitativo, apesar de, pontualmente também se ter recorrido à metodologia quantitativa. Tendo em conta os objetivos definidos para este projeto e atentando ao plano de atividades delineado, a metodologia que se considerou mais indicada para o seu desenvolvimento foi a Investigação Ação Participativa. Na execução do projeto foram utilizadas diversas técnicas de investigação, com incidências diferentes conforme a fase do projeto.

Assim, na fase da sensibilização, foram primordiais a observação participante, as conversas informais (fundamentais para estabelecer e fortalecer laços com o público-alvo,

para compreender as dinâmicas da instituição e para obter feedback sistemático tanto do público-alvo como dos educadores e equipa técnica, nomeadamente no que respeita ao impacto causado pelas atividades), a pesquisa e a análise documental e a pesquisa bibliográfica. Na fase da implementação foram prioritários o diário de bordo (que permitiu a realização de registos sobre as conversas informais e também no final de cada atividade, de comentários, reações e pormenores que se revelaram preciosos aquando da avaliação da intervenção), o registo fotográfico (a fotografia e o vídeo foram usados como forma de documentar a participação do público-alvo em algumas atividades: nomeadamente nas atividades Conto de Natal, A que sabe a Lua e n'A viagem. Com as crianças da Unidade A, a fotografia foi um quebra-gelo importante com alguns elementos do grupo, propiciando momentos de descontração e fortalecendo os laços entre os intervenientes no projeto), as conversas informais e a observação participante. Na fase da avaliação revelaram-se fundamentais o diário de bordo, o inquérito por questionário (nomeadamente com a aplicação da Escala Casey Life Skills) e a observação participante. Esta revelou-se fundamental ao longo de todo o trabalho, porque permitiu, nomeadamente, aferir a reação dos participantes às atividades, a sua integração no grupo e foi imprescindível para a recolha de dados na fase de avaliação do projeto.

No âmbito da intervenção foram postas em prática as seguintes técnicas, segundo a classificação de Ander-Egg (2000): técnicas grupais: possibilitam a consolidação do grupo e promovem o trabalho em equipa. Agrupam-se nas técnicas de iniciação (formação do grupo, tendo em consideração o conhecimento mútuo, a desinibição e tudo o que crie condições para o grupo), técnicas de coesão (reforçam o grupo e a sua união), técnicas de produção grupal (facilitam o cumprimento das responsabilidades e organizam formas de discussão) e, por fim, técnicas de mediação (servem para conhecer a forma, direção e intensidade das interações do grupo e para avaliar o funcionamento do mesmo); técnicas de Informação/Comunicação: agrupam-se nas técnicas de comunicação oral (fala/discursos), exposições (procedimento visual para transmitir mensagens) e, por fim, técnicas de comunicação social (formas de linguagem visual que incluem palavras, formas, espaços e cores); técnicas para a realização de atividades lúdicas: formativas (visam o desenvolvimento da pessoa); participativas (possibilitam a iniciativa e a ação pessoal e grupal) e, por fim, festivas (procuram a alegria e a felicidade); técnicas ou procedimentos para a organização de espetáculos artísticos: distinguem-se em três momentos diferentes: requisitos iniciais para a organização de uma

atividade artística (problemas da vida real; objetivos da atividade; estrutura técnica e material); elaboração do guião do trabalho; montagem do espetáculo artístico.

O tratamento de dados foi feito através da análise de conteúdo, que consideramos a ferramenta mais adequada dada a multiplicidade de dados recolhidos. As principais limitações que encontramos prenderam-se com as dificuldades decorrentes de este projeto ter sido desenvolvido em tempo de pandemia, o que implicou condicionantes em termos de presença física na instituição, quer por imposição de saúde pública quer por situações de isolamento por parte de todos os envolvidos na investigação, em diferentes momentos da mesma.

Outra limitação importante, no que respeita ao trabalho com o grupo foi a necessidade de conciliar todas as disponibilidades do público-alvo, uma vez que estes jovens beneficiam de várias atividades (estudo, desportivas e de lazer), o que em algumas oficinas obrigou a estender o tempo da sua realização além do previsto. No caso dos apartamentos de autonomização, a grande limitação foi o facto dos jovens conciliarem a vida académica com ocupações profissionais em tempo parcial, maioritariamente ao fim do dia ou ao fim de semana, o que impediu a participação em algumas oficinas e obrigou à reformulação de algumas estratégias, nomeadamente no que respeita à aplicação da *Casey Life Skills*.

5.A IMPLEMENTAÇÃO: ATIVIDADES, OFICINAS E SESSÕES

Realizada a identificação das necessidades, interesses e expectativas do público-alvo e atentando à finalidade e aos objetivos definidos e o referencial teórico mobilizado, apresentamos de seguida uma tabela que mostra as 30 atividades, organizadas em 13 oficinas, desenvolvidas em 61 sessões, ao longo das três fases do projeto de investigação/intervenção: sensibilização, implementação e avaliação.

FASES	ATIVIDADES	OBJETIVOS	AVALIAÇÃO
1ª FASE SENSIBILIZAÇÃO	Reuniões com a Acompanhante da Instituição Reuniões informais com a Equipe Técnica e os jovens Reuniões com a Orientadora de Estágio Recolha de documentação sobre o funcionamento, organização e dinâmica da instituição. Recolha de documentação sobre o funcionamento, organização e dinâmica da instituição. Consulta e análise do Projeto Educativo e Processos individuais dos Jovens	Ficar a conhecer a Instituição e o seu funcionamento Obter informação sobre o público-alvo Conhecer os interesses e expectativas dos jovens.	DIAGNÓSTICA
2ª FASE IMPLEMENTAÇÃO UNIDADE AZUL	Atividade: Caixa surpresa Oficina: Peça de Natal ATIVIDADE 1: 2 Contos ATIVIDADE 2: Quem vou ser? ATIVIDADE 3: Criação de adereços ATIVIDADE 4: Representação Oficina: Super-Heróis ATIVIDADE 1: Como eu sou/ como me vejo ATIVIDADE 2: Sou um Super Herói ATIVIDADE 3: Convívio de Super Heróis Oficina: Vida saudável ATIVIDADE 1: Um dia no ginásio ATIVIDADE 2: Atividades ao ar livre: caminhada solidária pela família Oficina: Internet Segura ATIVIDADE 1: Internet segura ATIVIDADE 2: Pensar antes de publicar Oficina: A que sabe a Lua ATIVIDADE 1: A que sabe a Lua? ATIVIDADE 2: As coisas que eu sei! ATIVIDADE 3: A que sabe a minha Lua? ATIVIDADE 4: Vou comer a Lua! Oficina: A Viagem ATIVIDADE 1: O que há para visitar? ATIVIDADE 2: O que vamos visitar? ATIVIDADE 3: Realizar a viagem	Promover o espírito de grupo Reforçar o sentimento de empatia entre os elementos do grupo Criar laços com os elementos do grupo Promover o espírito de grupo Reforçar o sentimento de empatia entre os elementos do grupo Estimular a autoestima e a autoconfiança Refletir sobre os pontos fortes e fracos da personalidade de cada um Aumentar a autoestima e a autoconfiança Ser capaz de aceitar a si e aos outros como eles são Sensibilizar os jovens para a importância de cuidar da sua saúde Aumentar a autoestima e a autoconfiança Promover o gosto pela atividade física Alertar para os perigos da Internet Aumentar a autoestima e a autoconfiança Promover a utilização correta das novas tecnologias Promover o espírito de grupo Sensibilizar para a importância da entreajuda Fomentar o trabalho cooperativo Ser capaz de expor as suas preferências Demonstrar empatia com os restantes elementos do grupo Atingir o consenso, conciliando diferentes alternativas	CONTÍNUA
3ª FASE AVALIAÇÃO	Atividade avaliação Conversas informais Inquérito por questionário	Avaliar o impacto das atividades realizadas Avaliar o grau de satisfação dos participantes	FINAL

Tabela 1- Fases de intervenção Unidade A

FASES	ATIVIDADES	OBJETIVOS	AVALIAÇÃO
1ª FASE SENSIBILIZAÇÃO	Reuniões com a Acompanhante da Instituição Reuniões informais com a Equipa Técnica e os jovens Reuniões com a Orientadora de Estágio Recolha de documentação sobre o funcionamento, organização e dinâmica da instituição. Consulta e análise do Projeto Educativo e Processos individuais dos Jovens	Ficar a conhecer a Instituição e o seu funcionamento Obter informação sobre o público-alvo Conhecer os interesses e expectativas dos jovens.	DIAGNÓSTICA
	Oficina O Grupo ATIVIDADE 1: Sou especial porque... ATIVIDADE 2: Direitos e deveres ATIVIDADE 3: O círculo	Promover o espírito de grupo Reforçar o sentimento de empatia entre os elementos do grupo Compreender os pontos positivos de fazer parte de um grupo	
	Oficina: Saber Comunicar ATIVIDADE 1: Comunicação ATIVIDADE 2: Problemas de Comunicação	Compreender a importância de saber comunicar Melhorar a capacidade de comunicação Identificar diferentes tipos de comunicação	
	Oficina: Vida Autónoma ATIVIDADE 1: Todos Contam... ATIVIDADE 2: Tarefas Domésticas ATIVIDADE 3: Utilizar a Lavandaria	Introduzir conceitos básicos de economia doméstica Dotar os jovens de ferramentas básicas para a gestão doméstica Promover a capacidade de gerir uma casa	
	Oficina: Procura de Emprego ATIVIDADE 1: Como procurar emprego ATIVIDADE 2: CV ATIVIDADE 3: A entrevista	Demonstrar e experienciar o processo de procura de emprego Refletir sobre as suas capacidades e competências Adotar uma atitude proativa em termos de procura de emprego	
	Oficina: Vida Saudável ATIVIDADE 1: Um dia no ginásio ATIVIDADE 2: Workshop – exercício físico ao ar livre	Sensibilizar os jovens para a importância de cuidar da sua saúde Motivar para a adoção de comportamentos saudáveis	
	Oficina: A viagem ATIVIDADE 1: O que há para visitar? ATIVIDADE 2: O que vamos visitar? ATIVIDADE 3: Realizar a viagem	Ser capaz de expor as suas preferências Demonstrar empatia com os restantes elementos do grupo Atingir o consenso, conciliando diferentes alternativas	
	Oficina: Gastronomia ATIVIDADE 1: O que gosto de comer vs o que nunca comi (mas gostava) ATIVIDADE 2: Convite para jantar	Dar a conhecer diferentes pratos e ingredientes Ser capaz de organizar uma lista de compras Ser capaz de confeccionar uma refeição	
	Atividade: Estrelas no Céu (e na árvore)	Partilhar sentimentos relativos ao Natal Promover o espírito de grupo Reforçar o sentimento de empatia entre os elementos do grupo	
	Atividade: Internet + Segura	Alertar para os perigos da Internet Promover a utilização correta das novas tecnologias	
2ª FASE IMPLEMENTAÇÃO APARTAMENTOS DE AUTONOMIZAÇÃO	Atividade: Dia da Mulher	Compreender a importância do dia da Mulher Promover a reflexão sobre os direitos das mulheres	CONTINUA
	Atividade avaliação Conversas informais Inquérito por questionário	Avaliar o impacto das atividades realizadas Avaliar o grau de satisfação dos participantes	
			FINAL

Tabela 2- Fases de intervenção Apartamentos de Autonomização

UNIDADE A: OFICINA UM CONTO DE NATAL

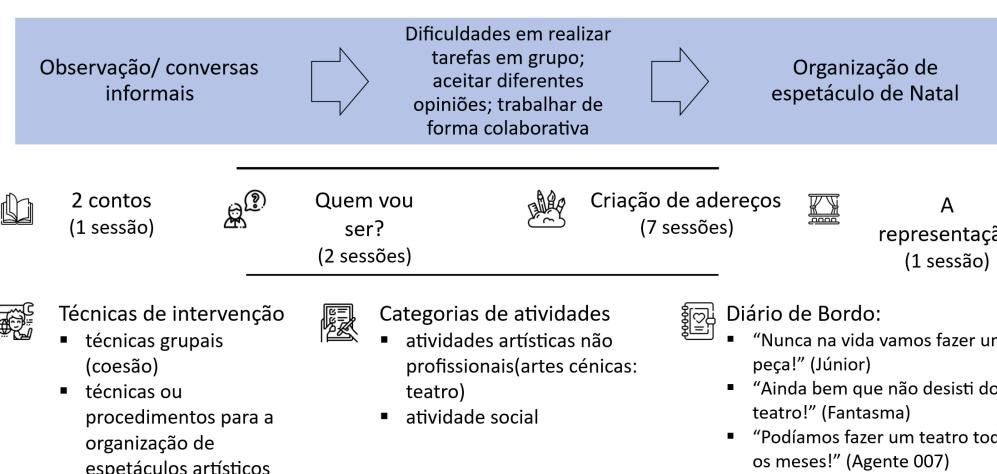
Em seguida apresentaremos uma oficina por grupo-alvo, como ilustração da aplicação do projeto. Na Unidade A, apresentaremos a Oficina Um Conto de Natal. Participaram nesta oficina 7 jovens, entre os 7 e os 18 anos (3 com défice cognitivo), foi composta por 4 atividades, que se desenrolaram em 11 sessões. Em resultado da observação realizada e das conversas informais com a equipa técnica, os educadores e os próprios jovens, verificou-se que os jovens revelavam dificuldade em realizar atividades em grupo, aceitando outras opiniões e colaborando para um projeto conjunto. Assim, propôs-se a organização de um espetáculo de Natal a ser apresentado aos jovens das outras unidades, aos educadores, à equipa técnica e à direção da instituição, uma vez que, devido à pandemia, a Festa de Natal não poderia ser aberta à comunidade. Os objetivos definidos para a oficina foram: motivar para o trabalho em grupo, reforçar o sentimento de empatia entre os elementos do grupo,

estimular a autoestima e a autoconfiança. No que respeita às técnicas de intervenção utilizadas, devemos referir: técnicas grupais, na subcategoria de coesão- com esta atividade, pretendeu-se reforçar o sentido de grupo e as técnicas ou procedimentos para a organização de espetáculos artísticos: distinguem-se em três momentos diferentes: requisitos iniciais para a organização de uma atividade artística (problemas da vida real; objetivos da atividade; estrutura técnica e material) (sessão 1); elaboração do guião do trabalho (sessões 2 e 3); montagem do espetáculo artístico (sessões 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11). Nesta oficina, recorremos a um conjunto de atividades artísticas não profissionais, na subcategoria de artes cénicas, especificamente o teatro, uma vez que se pretende que favoreçam a expressão e também que sirvam para desenvolver linguagens criativas, é também uma atividade social, uma vez que pretende solucionar um problema coletivo (a dificuldade de trabalhar em grupo e atingir consensos).

Esta oficina revelou-se fulcral no desenvolvimento do projeto, as atividades de preparação da atividade de Natal permitiram criar laços com os jovens, que se revelaram fundamentais, uma vez que estivemos 5 semanas sem desenvolver atividades, devido à pandemia. Ao mesmo tempo, o facto de termos conseguido levar a cabo a apresentação da peça de teatro, escrevendo os textos, construindo os cenários e idealizando o guarda-roupa, teve um impacto visível na autoestima destes jovens e, inclusivamente, no fortalecimento de laços entre eles.

Figura 1- Oficina um Conto de Natal

Oficina Um Conto de Natal (Unidade Azul)



6.APARTAMENTOS DE AUTONOMIZAÇÃO: A OFICINA A VIAGEM

Nos Apartamentos de Autonomização, apresentaremos a Oficina A Viagem, na qual participaram 4 jovens entre os 17 e os 22 anos. Esta visava trabalhar a capacidade de os jovens serem capazes de expor as suas preferências, demonstrando empatia com os restantes elementos do grupo e atingindo o consenso, conciliando diferentes alternativas. Aquando do diagnóstico de necessidades, através de conversas informais, concluímos que os jovens gostavam de viajar, conhecer coisas diferentes e, no caso deste grupo, havia a ambição de “visitar o estrangeiro” (Mendes e Felício, diário de bordo, 09.02.2022). Assim, foram pensadas 3 atividades, com o objetivo de escolher a cidade que iríamos visitar, o local em específico e, finalmente, realizar a visita. Esta oficina foi a mais prolongada no tempo, uma vez que a primeira atividade decorreu no dia 9 de fevereiro e a viagem concretizou-se no dia 5 de junho, uma vez que havia necessidade de conciliar todas as agendas, profissionais e familiares. No que respeita a técnicas de intervenção, enquadrou-se nas técnicas ou procedimentos para realizar atividades lúdicas, nas subcategorias participativas e festivas, uma vez que se tratou de organizar ação diferente do âmbito quotidiano e que propiciaram a iniciativa e a participação do público-alvo e, também objetivaram que a sua realização proporcionasse alegria e felicidade aos que nela participaram.

Esta oficina tinha como finalidade organizar uma viagem de grupo, com o objetivo geral de ser capaz de expor as suas preferências e os objetivos específicos demonstrar empatia com os restantes elementos do grupo e atingir o consenso, conciliando diferentes alternativas. Consideramos que estes objetivos foram plenamente atingidos, uma vez que houve sempre abertura por parte dos jovens para escolher um destino que agradasse a todos e, uma vez decidido o destino, as pesquisas foram feitas fora das sessões, mas sempre com o cuidado de ir referindo ao longo das semanas o que tinham visto ou o que mais tinha interessado no local escolhido. Foi digno de nota que, no final do almoço, todos os jovens estavam preparados para participar no pagamento do mesmo, assumindo que seria a sua contribuição para a realização da viagem.

Figura 2- Oficina A Viagem

Oficina A Viagem (Apartamentos de Autonomização)



7. EM GUIA DE CONCLUSÃO: O SENTIDO DA AVALIAÇÃO

Apresentada a investigação desenvolvida, importa elaborar sobre o paradigma de avaliação que melhor se adequa a um projeto de investigação como este. No nosso entendimento, este é o paradigma de avaliação participativa, tendo em conta que em todas as fases de desenvolvimento do mesmo, os participantes foram chamados a opinar, participando na criação e na planificação das atividades, contribuindo com sugestões durante a implementação das mesmas, constituindo esta estratégia uma das formas de promoção da autonomia do público-alvo, pressuposto maior desta intervenção. O modelo de avaliação privilegiado na presente intervenção, foi a avaliação múltipla uma vez que todo o nosso trabalho foi construído com base na interação entre os intervenientes em todos os patamares, na auscultação das estruturas diretoras da casa de acolhimento e dos apartamentos de autonomização, da equipa técnica e dos próprios jovens, apostando na construção de um plano dinâmico, que se foi moldando às aspirações dos envolvidos, fruto de constantes feedback, obtidos por conversas informais, registos no diário de bordo, observação direta ou pequenos questionários. Nas diversas fases da intervenção tiveram lugar diferentes tipos de avaliação, nomeadamente a avaliação diagnóstica, esta avaliação desenvolveu-se na fase da sensibilização e deu origem ao plano de atividades implementado, depois de ouvidas as Diretoras técnicas da casa, dos apartamentos de autonomização, as respetivas equipas técnicas e os jovens acolhidos.

Na fase da implementação do projeto esteve presente a avaliação de acompanhamento. Através de diversas ferramentas, fomos obtendo feedback dos diversos participantes e ajustando o plano de intervenção às necessidades evidenciadas. As técnicas de avaliação utilizadas foram diferentes conforme o público-alvo ou grupo de intervenção. No caso da Unidade A, uma vez que o grupo era constituído por crianças, a avaliação das atividades foi realizada de duas formas: no final da atividade era distribuída uma folha com 3 figuras evidenciando diferentes graus de felicidade e os jovens pintavam de acordo com o seu sentimento em relação à atividade. Neste feedback, nunca nenhum jovem preencheu a figura que evidenciava insatisfação e, em quase todas as atividades prevaleceu o sorriso de maior felicidade. Outra técnica utilizada com este público foi a conversa informal, na qual os jovens manifestavam a sua expectativa antes da realização da atividade e o seu sentimento no final. À exceção do jovem Júnior, que raramente evidenciava expectativas positivas, todos se mostravam curiosos e com boas perspetivas antes das atividades e visivelmente satisfeitos no final das mesmas. Nos apartamentos de autonomização, foram solicitados por diversas vezes comentários escritos às atividades realizadas e, no final da reunião promoviam-se momentos de troca de ideias e opiniões, que por vezes resultavam em sugestões dos jovens para novas atividades ou ajustes nas que estavam propostas. Nesta valência foi também aplicada por duas vezes a Escala *Casey Life Skills*, traduzida e adaptada por nós, que pretendia aferir a evolução das competências dos jovens ao longo da implementação do projeto.

Concluída a intervenção, podemos dizer que promoção da autonomia em jovens em acolhimento é um tema pouco trabalhado e ainda com pouca investigação desenvolvida no nosso país. No entanto é de primordial importância, uma vez que o número de crianças e jovens em acolhimento é significativo e, como pudemos verificar aquando da investigação inicial, o acolhimento ocorre em idades cada vez mais tardias e, portanto, com pouca probabilidade de regresso à família biológica. De uma forma geral todos os estudos apontam para a necessidade de incrementar o investimento na formação holística dos jovens que se encontram em acolhimento. É recorrente a referência ao sentimento de impreparação, de abandono a que estes jovens se sentem votados quando abandonam as casas de acolhimento ou os apartamentos de autonomização. Em todas as fases desta intervenção foi considerado por nós imperativo ouvir todos os implicados neste processo, mas principalmente as crianças e jovens. Isso implicou inúmeras reformulações do processo, avanços e recuos, trabalho mais individualizado ou em dinâmicas de grupo, envolvendo, ao mesmo tempo, as equipas técnicas da casa de acolhimento, para que o processo fizesse sentido para todos, não apenas para nós

ou para os jovens. No decorrer da implementação do plano de atividades, foi notório o envolvimento de todos os atores, mesmo aqueles que no início se mostravam mais relutantes em se juntar ao grupo. O facto de não quererem participar nas atividades ao ar livre, mas prometerem participar com mais afinco na atividade seguinte foi, para nós, esclarecedora e, ao contrário do que se possa pensar, motivadora, uma vez que evidenciou o desejo de se integrar no projeto, sem sentir o constrangimento de contrariar a sua vontade, participando contrariado, para não perder o resto das atividades. *Afinal, ser autónomo é, também, poder e saber escolher.*

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, E. (1990). **Repensando la investigación-accion participativa**: comentários, críticas y sugerencias. Victoria: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- ANDER-EGG, E. (2000). **Metodología y práctica de la animación sociocultural** (17a ed.). Madrid, Espanha: Editorial CCS.
- BOGDAN, R & BIKLEN, S. (1994). **Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora.
- FURTADO, J.P. (2011). Avaliação e Participação. In: BRANDÃO, D. E MARTINA, R.O. (orgs) **Avaliação de Programas e Projetos**: temas brasileiros, São Paulo: Instituto Fonte e Fundação Itaú Social. Disponível em:
<https://informe.ensp.fiocruz.br/assets/anexos/e0afdd754a882b06a0a8e0b12f0549dc06c16979.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.
- MINAYO, M. (2011). Importância da avaliação qualitativa combinada com outras modalidades de avaliação. **Saúde e Transformação Social**, 1 (3), 02-11. Disponível em:
<https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudettransformacao/article/view/652/844>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- MONTES, Cristiana (2022). **Promoção da Autonomia em Jovens em Acolhimento** (Mestrado em Educação - Especialização em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária) Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- SERRANO, G. P. (2004). Metodologias de investigação em animação sociocultural. In: J. TRILLA (org.). **Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos** (pp.101-119). Lisboa: Instituto Piaget.
- TRILLA, J. (2004). **Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos**. Lisboa: Instituto Piaget.